

A RPPN Tarumã, localizada nos municípios de Campo Largo e Palmeira, com 847 ha, protege importantes remanescentes de Floresta Ombrófila Mista montana e alto-montana.

O presente Plano de Manejo foi elaborado com o apoio do “Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica” e dos proprietários da RPPN Tarumã. O Plano de Manejo foi elaborado por técnicos do Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, contando com a participação de Luiz Eduardo Veiga Lopes Júnior, representante dos proprietários.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma categoria de Unidade de Conservação privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, prevista na Lei Federal 9.985/2.000. No Estado do Paraná, o Decreto n. 4.890/05 enquadra as RPPNs na categoria de Proteção Integral, baseado na Lei Federal n. 9.985/2000 no seu §5 do artigo 22.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, composto pela totalidade das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, públicas e ou privadas, e constituem-se em uma importante ferramenta no estabelecimento de corredores ecológicos, mosaicos na construção da conectividade entre unidades de conservação.

O Plano de Manejo é um documento técnico, fundamentado nos objetivos gerais da RPPN. Com as informações de diagnósticos de campo e de informações de pesquisas existentes na propriedade e seu entorno sistematizadas foi estabelecido seu zoneamento, seguido de orientações, ações e normas que irão auxiliar o proprietário a gerenciar a RPPN e o uso da área e manejo dos recursos naturais.

O presente documento está estruturado em três partes. Na primeira, denominada Parte A, tem-se as informações gerais sobre a RPPN, tais como localização e acesso, histórico e antecedentes legais, bem como uma ficha resumo com informações relevantes sobre a unidade de conservação. A Parte B, contém a caracterização da RPPN (aspectos físicos e biológicos, atividades desenvolvidas, infraestrutura, entre outros), da propriedade em que está inserida, caracterização socioeconômica do município em que está inserida, bem como seu grau de significância e possibilidades de conectividades com outras áreas protegidas. Na Parte C deste documento são apresentados os objetivos específicos de manejo da área, bem como seu zoneamento e os Programas de Manejo, nos quais são descritas as atividades a serem desenvolvidas para que se atinjam os objetivos da RPPN.

Equipe técnica do Mater Natura